

MULHERES NEGRAS, ACESSO AO SISTEMA DE ENSINO: IMPLICAÇÕES NAS HIERARQUIAS SOCIAIS

Vânia Maria da Silva Bonfim*

Resumo: *Este artigo trata da conjuntura atual a que estão subordinadas as mulheres negras brasileiras no tocante à sua escolarização desde a educação básica até o ensino superior, como também à sua profissionalização. Toda a discussão é pautada por uma análise através da qual as categorias sociais de gênero e raça assumem centralidade nas reflexões sobre a sociedade. Portanto, o acesso e permanência à educação formal nos níveis escolares são analisados à luz do fenômeno sociológico do racismo e do sexismo como implicadores de uma determinada posição e realização profissional para as negras. A observação de tal realidade educacional leva ao entendimento de que medidas específicas para o acesso e para a permanência do grupo de negros no âmbito da educação formal são a via que se coloca para o enfrentamento das relações sociais hierárquicas, podendo tais medidas atuar como instrumento de reelaboração de estereótipos e representações sociais que nutrem a discriminação racial e de gênero.*

Palavras-chave: Mulheres negras; Acesso à educação; Hierarquias sociais

INTRODUÇÃO

Este artigo se destina a analisar as implicações do acesso de mulheres negras a níveis mais elevados de escolarização em alguns dos sustentáculos das hierarquias raciais e de gênero, notadamente as representações sociais negativas e os estereótipos. Para isso, percorremos o caminho da compreensão das categorias gênero, raça e sua interseccionalidade, assim como as práticas racistas e sexistas no acesso à educação e seus efeitos nas posições das mulheres negras no campo do trabalho.

SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MULHER NEGRA: A INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO E RAÇA

Dentre outras formas de opressão, aquela a que as mulheres estão especificamente submetidas segue uma diferenciada ordem de hierarquização e hegemonia. Em resposta a tais especificidades, procurando o entendimento do quadro de desigualdades sociais entre homens e mulheres, nascem os estudos de mulheres, sendo mais tarde entendidos como estudos de gênero e reconhecidos como campo teórico.

Para compreender o estudo a respeito das questões que tangenciam as mulheres, portanto, é necessário entender a especificidade da categoria gênero. Gênero é, pois, uma categoria social que corresponde às relações sociais entre homens e mulheres, assim como entre os grupos de mulheres e homens internamente. Para tal categoria, as diferenças corporais, notadamente as sexuais, não são irrelevantes, todavia não constituem unicamente a dimensão de gênero. Tanto tais diferenças sexuais, quanto outros atributos corporais, como os traços fenotípicos, somados às performances de masculinidade ou de feminilidade têm determinado valor nas relações sociais, constituindo a ordem de hierarquia de gênero dentro dessas relações. Gênero, portanto, é

* Pedagoga, mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. e-mail: vania.bonfim@yahoo.com.br.

uma categoria que é socialmente construída, melhor dizendo engendrada nas relações sociais, segundo diferentes condições sócio-históricas e culturais. Assim, equivale dizer que ser mulher ou homem é uma performance intrínseca às relações sociais; tais condições são apreendidas no convívio social. A sua construção pode se dar escapando, resistindo ou assimilando as ordens hierárquicas de gênero, em que ser homem, adulto, branco e heterossexual são características sobre as quais são imputadas mais valor dentro dessa hierarquia. Equivale dizer que ser mulher ou homem é uma negociação constante dentro do quadro tanto das hierarquias quanto das representações sociais existentes e das condições sociais que conjeturam a realidade social. A estudiosa Joan Scott, em seu instigante artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, sintetiza o conceito de gênero de forma a refutar as explicações biológicas para as criações sociais referentes à mulher e ao homem, como também às suas relações. Para ela, gênero é

igualmente utilizado para designar *as relações sociais* entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para as várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm a força muscular superior. (...) O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar *as ‘construções sociais’*: a criação inteiramente social das idéias sobre papéis próprios aos homens e às mulheres. (SCOTT: 1995,04 , grifo nosso)

Gênero, portanto, é uma construção social da qual participamos não somente com o nosso corpo, mas com nossos gestos, comportamentos e ações produzidos nas experiências sociais e influenciados por ela. As relações que temos na sociedade e as relações de poder, vale ressaltar, têm importante influência sobre as bases de gênero.

Entretanto os estudos de gênero vinham notadamente reproduzindo hierarquias e hegemonias internas, na medida em que não reconheciam as diferenças internas ao gênero e essa sua limitação. As categorias de geração, raça, classe social e orientação sexual não eram contempladas na sua diversidade, nas suas diferenças. O quadro de referência de estudos feministas e de gênero era limitado. Eles vinham se consolidando pela hegemonia de estudos a respeito dos problemas e desigualdades que afetavam a vida de mulheres brancas, adultas, heterossexuais e de classe média; negando, portanto, as diferenças internas à condição de ser mulher ou homem. Teresa de Lauretis faz um comentário a respeito desse quadro e ressalta a importância de continuarmos construindo-o:

...um quadro de referência feminista que sirva para tudo não existe. Ele tampouco deveria, jamais, ser um pacote pronto para usar. Nós precisamos continuar construindo esse quadro, um quadro absolutamente flexível e reajustável, a partir da própria experiência das mulheres com relação à diferença, a partir da nossa diferença em relação à Mulher e das diferenças entre as mulheres; diferenças que (...) são percebidas como tendo a ver tanto (ou mais) com a raça, a classe ou a etnia quanto com o gênero e a sexualidade *per se*. (LAURETIS apud LOURO:1997,47-8)

O quadro feminista necessita, diante da verídica conjuntura da realidade social, da continuidade de sua construção de forma a visibilizar as desigualdades que constituem a real diversidade de mulheres. Desconfiar desse quadro de estudos de gênero hegemônico é conferir força à compreensão de que tanto não existe uma única mulher identificada puramente pelo seu sexo, mas pelas relações sociais a que este corpo está imbricado na sociedade, quanto não existe uma única mulher social, ou um único quadro de desigualdades sociais que dê conta da diversidade de mulheres. Portanto, há diversidade e diferenças entre as próprias mulheres, e isso implica compreender que essas mulheres estão se relacionando com diferentes desigualdades segundo a sua geração, sua classe social, sua orientação sexual e a sua raça.

De tais diferenças intra-gênero, destacamos a racial. A intersecção da categoria raça com a de gênero nos revela a realidade social da mulher negra, relacionada a específicas desigualdades e hierarquias, segundo a sua raça e o seu gênero. Raça é uma categoria analítica que estrutura relações sociais e condições de vida. Seu uso sociológico expressa uma metáfora para compreensão das relações sociais e raciais brasileiras. Destacamos, portanto, a sua importância para a análise das condições de vida dos indivíduos integrantes da sociedade, especialmente de negros e negras.

Desde o século XVI, nos primeiros encontros de diferentes grupos humanos de variados continentes, no território brasileiro e ao longo da formação dessa nação, reproduzem-se e reestruturam determinadas formas de se lidar com as diferenças que esses grupos tinham entre si, notadamente fenotípicas e culturais. Um forte indicativo do caráter racista brasileiro é o fato de que alguns desses grupos humanos recém - chegados à nação foram racializados, ou seja, tratados como raça, enquanto outros foram tratados como etnia (GUIMARÃES:1995).

À unificação do Estado brasileiro republicano somou-se a tentativa de estabelecimento de uma identidade nacional também unificada, conseqüência das conjunturas modernas. As relações sociais travadas nesse momento histórico indicavam que o Estado brasileiro, constituído em sua formação populacional de europeus, africanos, índios e seus descendentes, posicionava-se ante essa diversidade identitária não pela política de coexistência, mas pela eleição de um ideal identitário que deveria se impor às outras identidades e culturas, criando grupos hegemônicos e outros não-hegemônicos. Para atender a esse intento foi estabelecido o ideal de miscigenação que obedecia a uma política de embranquecimento. A máxima era embranquecer para tornar o Brasil mais europeu, logo, “mais civilizado”. Dissimuladamente se desejava exterminar vestígios culturais e fenotípicos índios e africanos e criar uma identidade mais próxima da européia. Rejeitar a população negra do projeto de identidade nacional e encurralá-la subalternamente numa mentalidade racista pré-colonial foram estratégias e mecanismos que caminhavam no sentido de cumprir a política do embranquecimento.

A racialização de grupos específicos, notadamente o segmento populacional negro, é um processo que desde muito vem se perpetuando, apesar do campo de estudos biológicos já haver ratificado o equívoco do uso do termo raça para delimitar diferenças humanas, pois o mesmo patrimônio genético é compartilhado pelos diversos grupos sociais. Contrariando tais estudos, as classificações racialistas hierárquicas persistem em estruturar as relações sociais e as condições de vida da população segundo as diferenças ditas raciais. Portanto é preciso compreender o que foi e é tratado como raça.

Nos dias atuais, especialmente no Brasil, a racialização, exclusão e obliteração de negros e sua cultura se constituem e efetivam por meio de mecanismos variados e velados que marcam as relações sócio-raciais com um racismo dissimulado e naturalizado na sociedade. Por isso, a noção de raça, enquanto conceito sociológico e político, é capaz de analisar e compreender o fenômeno social da racialização e discriminação dos negros e negras na sociedade brasileira.

Há deliberadamente uma convergência entre raça e características fenotípicas, especialmente a cor da pele, imbricada num processo de relações sociais e raciais primadas pelo racismo e pela discriminação:

raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, freqüentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como *marcas simbólicas* a fim de diferenciar socialmente um grupo do outro. (HALL: 2001, 63)

É sobre o fenótipo humano que atua a metáfora de raça. Ela se baseia nas marcas do corpo, como cor de pele, textura do cabelo e traços do rosto para demarcar um segmento social enquanto raça, acordando com a sua descendência e o seu pertencimento continental. Essa racialização atua como elemento utilizável para efetivação dos mecanismos de preconceito, discriminação e do racismo. Esse é, segundo Oracy Nogueira (apud QUEIRÓS JR:1982), o chamado “preconceito de marca”, exercitado no Brasil.

O corpo ganha grandiosa relevância tanto nos estudos de gênero, como nos de raça, por ser sobre ele que, na realidade, levantam-se valores que estruturam as relações tanto raciais quanto de gênero e se forjam hierarquias e hegemonias sociais. O corpo é um capital que é investido de valores vários nas relações sociais. Para as mulheres negras a forma como as marcas do seu corpo são tratadas nas relações sócio-raciais e de gênero é bastante específica, obedecendo, concomitantemente, as hierarquias de gênero e de raça. Logo, a mulher negra está implicada nessas ordens de forma perversa, por ser mulher e ser negra. Porém a combinação dessas categorias produz tanto variados tipos de opressões quanto configuram mulheres que se posicionam diante dessas condições sociais das mais variadas formas: assimilando tais normas, rejeitando-as, resistindo, subvertendo-as. Todavia, o que se há de convir é que tal condição torna-se altamente desconfortável pela implicação do racismo e do sexismo nas condições de vida dessas mulheres.

A intersecção da categoria gênero e raça faz emergir condições de existência muito diferenciadas e desvantajosas para as negras. As construções sociais em torno da sua condição desse grupo de mulheres são impregnadas por uma determinada representação sexista e racista. As representações que passam pelo corpo da mulher negra, em termos sexuais e fenotípicos, atende às representações e estereótipos forjados dentro de uma lógica racialista e racista. O corpo das mulheres negras é investido de voluptuosidade, ora desejada como consumo, ora tratada como repulsiva; são vistas como trabalhadoras de serviços manuais, notadamente o doméstico, desde as cozinhas da “casa grande”. Essas representações são resultado da concatenação de marcas corporais estigmatizadas, mais estritamente, o sexo, a pele e o cabelo. Com isso, vemos operar sobre esse grupo de mulheres as duas ordens de hierarquização e lógica discriminatória, da qual falamos, e assim configurarem uma específica condição de existência. Os estereótipos e representações negativas, frutos do sexismo e do racismo, imbrica sujeitos sociais numa posição subalterna nas hierarquias sócio-raciais e de gênero que se somam.

O ACESSO DAS MULHERES NEGRAS AO SISTEMA DE ENSINO E IMPLICAÇÕES NA SUA PROFISSIONALIZAÇÃO

As ações e inações do racismo, leiam-se discriminações, estereótipos e preconceitos, materializam-se nas condições de vida forjadas pela sociedade para as mulheres negras nas suas mais diversas relações sociais. Ao deter-nos na análise das condições de vida desse grupo de mulheres, podemos sublinhar a forte exclusão a que as pretas estão submetidas. Destas condições materiais na sociedade, destacamos dois eixos de análise, que nos interessam: a escolaridade e a formação para o trabalho. Esses dois campos da escolarização e do trabalho configuram-se como ambientes onde se materializa a reprodução das ordens de gênero e raça, em termos da discriminação, estereótipos e preconceitos. A relação das jovens negras com tais campos permite compreender o real contexto de formação do percurso de ascensão escolar e realização na escolha ocupacional da mulher negra através da formação superior.

No campo da educação, em termos de acesso os negros têm maiores dificuldades. Esse contingente populacional apresenta os piores indicadores educacionais, “a taxa de analfabetismo é maior entre pretos e pardos do que entre brancos; a percentagem de pessoas sem instrução é menor de um ano entre pretos e pardos é, também, muitas vezes mais que o dobro do que entre as pessoas brancas...” (ROSEMBERG:1998,79). Entre os brancos a percentagem daqueles com

mais de oito anos de estudo é maior, sendo maior entre os negros o percentual de pessoas sem escolaridade. Portanto, vemos que o grupo de negros tem menor acesso à educação que o grupo de brancos. Antes das políticas de cotas, o grupo de negros era altamente subrepresentado no ensino superior, não marcando dois dígitos percentuais no total da população universitária brasileira. “Os dados apresentados pelo professor [José Jorge de Carvalho] mostram que a exclusão é perversa: 97% dos atuais universitários brasileiros são brancos, contra 2% de negros e 1% de amarelos. O desequilíbrio, num país em que 45% da população é negra, deixa claro que são necessárias medidas urgentes para inserção do negro no ensino superior.” (HENRIQUES, 2006)

Quando os negros acessam o sistema de ensino, a discriminação racial passa a operar na sua relação com uma escola que tem um modelo etnocêntrico nas suas bases. Como resultado, os negros são os mais reprovados e com mais anos de atraso nesse sistema de ensino, mesmo se comparados entre o grupo de estudantes trabalhadores. Em termos de desempenho escolar, o grupo de negros vem sempre após as taxas do grupo de brancos (HENRIQUES: 2002). Nesse indicador, há uma interessante variação de gênero: as meninas negras demonstram uma melhor performance dentro do seu grupo de cor, mas na analogia racial é o grupo branco que revela melhor desempenho na escola; as meninas brancas são as que demonstram um melhor desempenho, seguidas dos meninos brancos e só depois o grupo de negros surge encabeçado pelas meninas, seguida dos meninos. Nesse contexto, em relação à ordem de gênero são os rapazes que demonstram maiores entraves com a escolarização; no âmbito racial, são os negros os que mais sofrem com a trajetória escolar, com maior peso para os meninos. Isso leva a crer que a máxima impregnada nas entrelinhas sociais de que a escola não foi feita para negros se concretiza no cotidiano escolar. O que corrobora com isso são os estudos de Silva (2004), em que a pesquisadora constata a estereotipação, o racismo e o preconceito aos negros, desde textos às gravuras nos livros didáticos utilizados em sala de aula. Assim como Eliane Cavaleiro (2000) desnuda a naturalização do racismo nas práticas pedagógicas de professoras da educação infantil e mesmo na relação entre alunos e alunas que passa incólume aos olhos do educador.

Rosemberg (1998), ao analisar o que chamou de “escola de branco e de negro”, comenta o fato da percepção dos professores de escola pública sobre seus alunos. Muitas vezes equivocadas, tais percepções configuram quais são os alunos educáveis e os não educáveis, com prejuízo para os alunos negros, maior contingente das escolas públicas. Mais ainda, as pesquisadoras Simpson e Erickson, desde 1983, constataram que os comportamentos verbais e não-verbais de professores podem influenciar no desempenho dos alunos, variando qualitativamente segundo o gênero e a raça dos alunos, e a raça do professor. Elas dizem que “raça é um fator que precisa ser considerado por que existem estudos mostrando diferenças no comportamento de branco para com negros. ... [Um desses estudos] mostrou que gestos sutis de rejeição aos negros foram revelados pelo tom da voz, ainda que afirmações verbais favoráveis estavam sendo feitas” (1983:184, nossa livre tradução). Essas estudiosas chegam a conclusão que os rapazes recebem mais críticas e elogios não - verbais de professores. Demonstram também que aos rapazes e aos negros são dispensados comportamentos verbais positivos e comportamentos não-verbais negativos, sendo mais frequentes com os meninos negros. Elas ainda ressaltam que estudos anteriores a este demonstram que estudantes negros recebem menos elogios e atenção que os brancos. Esses estudos revelam que as relações e interações pedagógicas e o ambiente escolar servem à reprodução das hierarquias raciais, difundindo e construindo atitudes de discriminação racial e de gênero. Isso se reverte nos baixos desempenhos de negros(as) e meninos no seu processo de escolarização.

O mapeamento das interações pedagógicas ainda nos revela mais sobre o “juízo professoral”, através das pesquisas de Pierre Bourdieu (1998). Bourdieu estudou o juízo professoral, ou seja, os critérios levantados conscientemente ou não por professores franceses para a atribuição de notas e comentários de valor a seus alunos e alunas. O estudioso constatou que há variação qualitativa e quantitativa da atribuição de valores, por parte do professor,

segundo uma ordem de classe, de aparência física do aluno(a), “habitus”, modos, sotaque e tratamento do corpo (hexis corporal) que denunciem e anunciem a sua posição de classe. A transposição dessa análise pode ser feita no Brasil, pelo fato de que herdamos uma escola etnocêntrica, calcada na cultura européia. Tal transposição deve levar em conta que há uma perversa combinação entre classe social e raça forjada desde a transição do trabalho escravo para o livre, em que aos negros foram imputadas condições de vida tão subalternas que, ao analisar o IDH da população brasileira por recorte racial, vemos a pobreza em que se encontra a população negra, contrariamente à população branca (PAIXÃO e SANT’ANNA, 1997 apud WERNECK, 2001). Portanto, se o juízo professoral segue fortemente uma ordem de classe, os negros continuam sendo foco de um julgamento de valor parcial, somado à ordem racista que media suas relações em todos os âmbitos da escola.

Escolarização e trabalho demonstram íntima sincronia na medida em que a escola se propõe a formar para o trabalho e que os anos de escolarização se refletem no tipo, qualitativa e quantitativamente, de inserção no mercado de trabalho e nos rendimentos mensais dos trabalhadores. Conseqüentemente a falta de acesso da população negra à educação somada à hierarquias raciais e às representações e estereótipos sobre o negro se traduzem em uma posição bem específica para esse grupo no mercado de trabalho. Desde a primeira metade do século XX, os postos ocupacionais onde a população negra se encontrava são os menos valorizados, mal remunerados e/ou não regulamentados. Isso se estende desde a transição do trabalho escravo ao trabalho livre e vem se perpetuando na estrutura ocupacional brasileira segundo as hierarquias raciais até os nossos dias. Hasenbalg (1979) analisa, nas décadas de 40 e 50, a ocupação da população brasileira por cor e setor, sublinhando a sua concentração no setor primário (agricultura e extração) como trabalhadores assalariados ou autônomos minifundistas com ou sem terra, assim como a baixa representatividade de negros no setor terciário (comércio e serviços), que abrange desde o mercado de trabalho informal urbano quanto às profissões liberais. Ele encontra o seguinte dado:

De fato, o único sub-setor do terciário onde os não-brancos eram super-representados foi no de serviços, e aqui o caso extremo é o das não-brancas. Em 1950, 89% das mulheres de cor empregadas fora das atividades primárias e industriais concentravam-se nos serviços pessoais, principalmente no emprego doméstico. (HASENBALG, 1979: 172).

Nessa conjectura, o sistema de ensino revela-se como um instrumento de reprodução das hierarquias sociais, aqui notadamente as raciais e de gênero. E o mercado de trabalho vem ratificar a acomodação dessas hierarquias. Apesar de as jovens negras terem melhor desempenho escolar dentro do seu grupo racial, não há um retorno disso no campo do mercado de trabalho. Negros e brancos recebem rendimentos diferentes segundo a sua raça, mesmo com o mesmo grau de escolaridade. As mulheres negras, nesse quadro, são as que recebem os menores rendimentos, ficando abaixo de homens e mulheres brancos e dos homens negros, nessa ordem, chegando a ganhar 30% do rendimento de um homem branco.

Outro dado importante é que a maior escolarização tem revelado não aplacar a discriminação racial e de gênero nos postos de trabalho, tanto no âmbito da sua inserção, como na ascensão e estabilidade. Todavia o ingresso de mulheres negras, especialmente as pretas, em cursos superiores influirá na posição que ela poderá ocupar na sociedade, incidindo em suas representações sociais e estereótipos. A escolha por cursos “masculinos” e de prestígio demonstra uma resistência à expectativa social para a mulher e para a negra. Assim como um movimento contrário ao da maioria do seu grupo de gênero e racial, enfim, uma auto-superação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: IMPLICAÇÕES NAS HIERARQUIAS SOCIAIS

O sistema de ensino, como o conhecemos, reproduz a sociedade, conseqüentemente a conservando. A nossa sociedade foi erigida sobre bases racistas e sexistas de relação, classificação e hierarquização dos indivíduos. Portanto, para aqueles encurralados nas concepções mais inferiorizantes das hierarquias sociais, as práticas e lógicas educativas do sistema de ensino não se traduzem num processo de fácil convivência. Essa não-deferência, característica do etnocentrismo da educação escolar, reflete-se nas estatísticas sobre a escolarização do negro, assim como nas análises das práticas pedagógicas subalternizantes para esse grupo e para o grupo de mulheres. Acessar tal sistema, assim como manter-se nele enfrentando a discriminação, é tanto uma meta enfadonha quanto ou mais uma tarefa exaustiva. A liderança negra nas estatísticas de abandono, evasão e repetência escolar é flagrante desse processo de exatidão e também de não identificação dos negros com a escola.

A trajetória das jovens negras na escola constitui-se sob constante enfrentamento dessas condições sob a pena do disciplinamento enquanto ser subalterno. Seus melhores desempenhos dentro do seu grupo racial acabam por não traduzir em melhores posições no mercado de trabalho pela transversalidade social das representações e estereótipos a que está subordinada como mulher e negra. Todavia, com o incremento de políticas afirmativas no complicado processo de escolarização, as conquistas de espaços antes duramente fechados, como formações de prestígios em carreiras liberais, demonstram inicialmente duas assertivas. Primeiro, a superação de tais obstáculos promovida pelas jovens para galgar espaços que as condições sociais, as representações e estereótipos sobre elas dificilmente permitem, portanto praticamente não se prevê. Segundo, tal empenho e superação configuram-se como instrumento que minimamente desequilibrará representações sociais negativas e estereótipos sobre as mulheres negras, que como num ciclo criam o imaginário coletivo que as encurrala em posições subalternas e tais posições reforçam esse imaginário distorcido. O acesso de mulheres negras a graus mais altos de escolaridade, por fim, pode vir a impulsionar uma fragmentação nesse ciclo, e caracterizar-se como instrumento para a reelaboração de representações sociais e estereótipos que nutrem a discriminação racial e de gênero.

REFERÊNCIAS

Bento, Maria Aparecida Silva. A Mulher Negra no Mercado de Trabalho. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 3, n.2, 2º sem, 1995.

Bourdieu, Pierre. As categorias do Juízo Professoral. In: Catani, Alfredo; Maria Alice Nogueira (orgs). **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 7 ed., 1998.

_____. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Catani, Alfredo; Maria Alice Nogueira (orgs). **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 7 ed., 1998.

Carneiro, Sueli. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: Munanga, Kabengele (org.). **História do Negro no Brasil: resistência, participação e contribuição**. Brasília: Fundação Palmares, 2004, v. 1.

Castro, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. In: **Revista Estudos Feministas**, n.0, 1992.

Cavalleiro, Eliane dos Santos. Discursos e práticas racistas na educação infantil: a produção da submissão social e do fracasso escolar. In: **Educação, Racismo e Anti-racismo** / Publicação do

Programa A Cor da Bahia / Programa de pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de filosofia e Ciências Humanas da UFBA. – Salvador: Novos Toques, n. 4, 2000.

Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. “Raça”, Racismo e Grupos de Cor no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, nº 46: 45-63, abril, 1995.

Hall, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. RJ: DP&A, 10 ed., 2005.

Hasenbalg, Carlos A. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. RJ: Graal, 1979.

Henriques, Ricardo. **Raça e Gênero nos Sistemas de Ensino**: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002.

Henriques, Solange. **Sistema de cotas para negros amplia debate sobre racismo**. Reportagem disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/negros/creditos.shtml>, acessada em 15 de julho de 2006.

Lima, Márcia. Trajetória Educacional e Realização Sócio-Econômica das Mulheres Negras. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 3, n.2, 2º sem, 1995.

Louro, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

Queirós Jr, Teófilo de. **Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura Brasileira**. SP: Ática, 1 ed., 1982.

Queiroz, Delcele Mascarenhas. **Relações Raciais e de Gênero, Trabalho e Educação na RMS**. *Web. Anped*, acessado em set 2005.

_____. **Raça, Gênero e Educação Superior**. Tese de Doutorado em Educação, FAGED, UFBA. 2001.

Rosemberg. Fúlvia. Raça e Desigualdade Educacional no Brasil. In: Aquino, Julio Groppa. **Diferenças e Preconceitos na Escola**: alternativas teóricas e práticas. SP: Summus, 1998, 5 ed.

_____. Educação Infantil, Gênero e Raça. In: Guimarães, Antônio S. A. ; Huntley, Lynn (orgs). **Tirando a Máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. SP: Paz e Terra, 2000.

Scott, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*. Vol. 20 (2), jul/dez.1995.

Silva, Ana C. da. **A Discriminação do Negro no Livro Didático**. 2 ed. Salvador: Edufba, 2004.

Simpson, Adelaide; Erickson, Marilyn T. Teacher’s Verbal and Nonverbal Communication Patterns as Function of Teacher Race, Studente Gender, Studente Race. In: **American Educational Research Journal**, vol.20, n. 2, pp 183-98, summer, 1983.

Werneck, Jurema. **A Vulnerabilidade das Mulheres Negras**. In: *Jornal da RedeSaúde* - nº 23 - Março 2001, disponível em http://www.antroposmoderno.com/antroposmoderno.php?id_articulo=309, acessado em fevereiro de 2004.